Não tive obtido consentir e mandar fazer nesta avaliação que não produz o fruto
de arrematação, mas tem provável
que dê prejuízo, e por isso ordenou
ao seu representar a V. Exª. para ser
sciente e informar a avaliação ou dar
as providencias que julgar convenientes
afim de que se começasse esta obra de
tanta urgencia. Nesta virtude digo nesta
Villa não ter tido acesso de haver
pequeno troço de ferro e pouca madeira
donde tirar alguma que
para nada prestava e preciso para
os misteres com que ordenou V. Exª.
por sua ordem de 9 do corrente
q. se cumpra. Deus guarde a V. Exª.
muitos annos. Villa de Jardim 11 de
Julho de 1834 — Illmo e Exmo Senhor Visconde
Vicente Pires da Motta — Antonio Pires de
Mir.da Bento Moreira de Moraes — Elias
d'Almeida Prado — Francisco José Moraes
Antonio d'Almeida Lima. Está conforme
Francisco Moreira de Moraes Secretario

Registo de hum officio do Juiz de Paz
que este com seu remette ao Exmo
Presidente de Matto Grosso a copia da
Portaria inclusa officio de officio de Sua
Villa com a relação nominal dos
Juizes de Vereação para dentre os de
Votos que se forem nomear officio
q. a V. Exª. fiz ao Exmo Presidente
Ordem de 12 de Julho de 1834 — Illmo
e Exmo Senhor Vicente Pires da Motta
Antonio Pires d'Almeida Moraes

Joaquim Alberto = Chanceller da Relação do Porto
Bento Manoel de Oliveira = Antonio de
Araujo Lima = Manoel de Portugal e Castro
Este conforme Antonio Thomaz d'Aquino Fonseca
Registo de hum officio do Juiz de Residencia
pelo termo de Villa Nova de Gaia Comprehendido
com os de Villa Nova dos Infantes e Crescimento de
Villa Nova &c. Para se conhecer o que se vai
ajuntando de alteração que soffrem os limites
primeiros dos Julgados extremaes deste Villa
no Alentejo que neste anno foi alterado
de Recenseamento alteração tal que já mais
se possa conservar se impermanente
a ter Companhias como deve ser grande
desordem haverá nas ultimas Devisas que
este anno se ajuntarão da Lei
nova Ribeira clara [illegible] dos ns. delos
habitantes alem deste mudarão se muitos os
seus nomes, outros finalmente alterados
não os julgou suficiente. O Porto Mor
geral decidio este negocio ao comarci
car ao Juiz de Fora para este deter
minar no que julgasse ser justo, qual alcançou
que deverá ser de tal sorte que aprouve
ao Supplicante por ser de saber aquelle
abrar. D. G. a V. M. Lisboa 21 Janeiro
de Junho de 1834 = Illmo Snr. Fran. Alberto
Com deferimento dentro V. = Snr. Fran. de Lo
mas Juiz de Fora. Este conforme
Antonio Thomaz d'Aquino Fonseca

Segue hum officio que abaixo vai
ao Secretario do Governo Geral do